

Ressurgência Keynesiana nos Países Emergentes: o caso do Brasil

Luiz Fernando de Paula

Professor da FCE/UERJ e Vice-Presidente da Associação Keynesiana Brasileira

Estrutura

- a) Influência do keynesianismo nas políticas econômicas no Brasil
- b) Reflexão sobre os debates econômicos ao longo da evolução da economia brasileira nas últimas décadas a luz do keynesianismo

Definição de keynesianismo

- a) Importância do papel do Estado na economia, em função da incapacidade de auto-regulação do mercado
 - > economias de mercado são incapazes de por si só gerar condições de pleno emprego e melhor distribuição de renda
 - > políticas de demanda agregada e criação de um ambiente mais seguro e propício a realização do investimento privado (complementaridade entre mercado e ação do Estado)
- b) Importância da demanda efetiva na determinação da dinâmica das economias capitalistas
 - > Oferta e demanda são interdependentes -> expectativas sobre demanda futura são fundamentais nas decisões de produção e de investimento
 - > Taxa de juros: impacto sobre demanda agregada e sobre capacidade produtiva.

Keynesianismo no Brasil (anos 50 e 60)

- Introdução do Keynes e do Keynesianismo via CEPAL: Prebisch e Furtado
- "Formação Econômica do Brasil" (Celso Furtado)
- *Modelo nacional-desenvolvimentista*: papel ativo do Estado na economia como planejador, financiador e agente produtor direto
- Justificativa:
 - (i) Gershenkron: industrialização tardia ("late-comers") no contexto da 2ª. Revolução Industrial requer uma ação efetiva do Estado;
 - (ii) Industrialização pesada tinha que ser realizada através de um "salto" e não como um desdobramento natural da industrialização leve.
- *Industrialização "trunca"*: falta de um núcleo endógeno de desenvolvimento; ausência de mecanismos de financiamento adequado; questão social não é prioritária

Discussão nos anos 60 (semi-estagnação econômica e aceleração inflacionária)

- a) *Visão monetarista*: inflação de demanda; desfuncionalidade da inflação para o crescimento
- b) *Visão estruturalista* (CEPAL/Furtado): problemas estruturais impedem continuidade do crescimento econômico (esgotamento do mercado interno); inflação é causada pela inelasticidade da oferta agrícola, rigidez na capacidade de importação etc; caminho são reformas estruturais (superação da rigidez do lado produtivo, reforma tributária e redistribuição de renda)
- c) *Ignácio Rangel*:
 - Estrutura agrária arcaica gera fluxo migratório do campo para a cidade e diminui poder de barganha dos trabalhadores; salários baixos geram um mercado consumidor restrito que se defronta com elevada capacidade produtiva.
 - "Funcionalidade" da inflação (compensa capacidade ociosa das empresas e permite autofinanciamento); inflação decorre também da existência de estruturas oligopolísticas na comercialização de alimentos.

Anos 80:

crise da dívida externa e alta inflação

- a) Roberto Frenkel (neoestruturalista): preferência por flexibilidade gera demanda por contratos indexados; formação de preços leva em conta inércia (inflação passada) mais expectativas quanto a inflação futura (preços notórios da economia: cambio, juros e salários)
- b) *Teoria da inflação inercial*: Simonsen, Bresser/Nakano, Lara-Resende, Arida e Francisco Lopes (tendências inflacionárias e choques inflacionários): choque heterodoxo (congelamento temporário de preços e conversão dos salários pela média)
- c) Fracasso dos planos heterodoxos de combate a inflação: aceleração inflacionária, "crise" do modelo nacional-desenvolvimentista com questionamento do papel do Estado na economia, reformas liberalizantes

Anos 1990: políticas neoliberais e estabilização de preços

- a) Governo Collor: políticas neoliberais, privatização, abertura comercial e liberalização da conta de capitais.
- b) Plano Real (1994): desindexação + âncora cambial
 - sucesso na estabilização de preços
 - modelo de desenvolvimento: câmbio apreciado, abertura comercial, IDE
 - vulnerabilidade externa e ataques especulativos
- c) 1999: câmbio flutuante + sistema de metas de inflação + superávit fiscal primário
 - Novo Consenso Macroeconômico: política monetária deve estar voltada para controlar inflação; política fiscal é subordinada a política monetária; política cambial passiva
 - Supremacia do Sistema Financeiro na gestão da política econômica

Retrospecto dos anos 90

- a) Políticas ortodoxo-liberais e retração do keynesianismo, devido a sucesso da estabilização de preços.
- b) Consenso de Washington mais brando e gradual no Brasil do que em outros países latino-americanos (Argentina e México)
- c) Fracasso das políticas ortodoxas (crises, baixo crescimento econômico) abre espaço para discussão de alternativas de política econômica
- d) Questão social começa a entrar na agenda de governo (políticas de renda mínima, universalização da educação etc.)

Anos 2000: visões alternativas à ortodoxia convencional

- a) Bresser/Nakano: discussão sobre taxa de juros no Brasil; desenvolvimento com poupança externa; novo-desenvolvimentismo
- b) Grupo Moeda (UFRJ) – Cardim, Ferrari, Oreiro, Sicsú, Hermann, L.F. de Paula
 - Perda de autonomia da política econômica voltada para crescimento e distribuição de renda em função da operação de uma conta de capital aberta.
 - “Flexibilização” na política fiscal: orçamento fiscal (despesa corrente e despesa de capital); investimentos em infra-estrutura
 - Câmbio flutuante administrado
- c) Grupo de conjuntura da UNICAMP (CECON): Ricardo Carneiro, D.Prates, Antonio Carlos Macedo, etc.
- d) Associação Keynesiana Brasileira (2008)

Desafios do Keynesianismo no Brasil

- a) Retomar a trilha cepalina de pensar as especificidades do desenvolvimento latino-americano e brasileiro
- b) Superar o “niilismo” da crítica pura a ortodoxia convencional e fazer proposições consistentes de política econômica
- c) Produtivismo versus rentismo
- d) Colocar a questão do pleno emprego e distribuição da renda no centro da agenda de política econômica no Brasil